

Dos reflexiones sobre la actual enseñanza del Derecho

Two Reflections on the Present Legal scholarship

Antonio Pedro BARBAS HOMEM y Amelia GASCÓN CERVANTES

Profesores de Historia del Derecho

Universidade de Lisboa (Portugal) y Universidad Autónoma de Nayarit (México)

pedrobarbasjomem@fd.ul.pt y agtepic@hotmail.com

Recibidos: 11 y 22 de diciembre de 2008

Aceptados: 8 de enero de 2009

RESUMEN

En la actualidad estamos asistiendo a un proceso de profundas reformas dentro de las enseñanzas universitarias, que alcanzan también a los estudios jurídicos. En este trabajo dúplice se presentan dos visiones personales sobre la reforma de tales estudios, realizados por profesionales de la Historia del Derecho, en Portugal y en México.

PALABRAS CLAVE: Reforma universitaria, método de enseñanza, estudios jurídicos.

ABSTRACT

These days we are attending a process of deep reforms within the university studies, that reach also the legal scholarship. Two personal visions and footpaths on the reform of such studies, realised by professionals of the History of Law, in Portugal and Mexico, are presented in this double work.

KEYWORDS: University Reform, Scholarship method, legal scholarship.

RÉSUMÉ

Actuellement nous assistons à un processus de réformes profondes dans les enseignements universitaires, qui atteignent aussi aux études juridiques. Dans ce double travail on présente deux démarches et visions personnelles sur la réforme de telles études, effectués par des professionnels de l'Histoire du Droit, au Portugal et au Mexique.

MOTS CLÉ : Réforme universitaire, méthode d'enseignement, études juridiques.

ZUSAMMENFASSUNG

Innerhalb des Lehrbetriebs an den Universitäten beobachten wir gegenwärtig einen Prozess tief greifender Reformen, die auch das Jurastudium erfassen. In dieser auf Gegenwiderung angelegten Arbeit

werden Pfade persönlicher Sichtweisen zu den Reformen dieser von Experten der Rechtsgeschichte in Portugal und Mexiko erstellten Studien vorgestellt.

SCHLÜSSELWÖRTER: Universitätsreform, Lehrmethode, Jurastudium.

O ENSINO JURÍDICO-HISTÓRICO NA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Antonio Pedro Barbas Homem
Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

I. As questões sobre o estatuto epistemológico das disciplinas histórico-jurídicas e sobre a sua metodologia têm acompanhado, nos últimos trinta anos, a temática relativa ao lugar da história do direito na enciclopédia jurídica e no ensino universitário, quer em Portugal quer em outros países.

Em dissertações submetidas a provas académicas de mestrado e de doutoramento, em relatórios sobre diversas disciplinas histórico-jurídicas e em livros e artigos, a literatura científica tem vindo a reflectir criticamente sobre estas questões fundamentais do estatuto científico da história do direito, conceito em que incluímos o direito romano, a história do direito português e outras disciplinas específicas, como e o caso da história das instituições, da história do pensamento jurídico, da história das relações internacionais e das histórias dos direitos público e privado.

A existencia de reformas e projectos de reforma dos Planos de Estudo das licenciaturas em Direito demonstra a importancia prática deste debate. Uma outra consequência pratica releva da distribuição das vagas de lugares de professores da ciencia jurídico-histórica no quadro de professores das Faculdades de Direito.

Com o presente estudo procuro descrever o estado actual da situação na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, após a implementação do chamado processo de Bolonha ao ensino jurídico.

II. Acerca da implementação da chamada Declaração de Bolonha, já tivemos ocasião em outros trabalhos de referir o conteúdo e de fazer a crítica a este texto. Sobretudo, deve separar-se bem o conteúdo desta Declaração com a mitologia a ela referente, que o politicamente correcto veio designar como «processo de Bolonha». Importa agora tomar em atenção a sua aplicação ao direito educativo português.

De acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro, e pela Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto), as universidades atribuem os graus de licenciado, mestre e doutor.

Desde 1986 que a lei já permitia a existência de cursos de licenciatura com a duração de quatro anos - que a Lei de Bases do Sistema Educativo qualifica como duração normal. No entanto, os cursos de Direito entretanto criados foram-no com a duração de cinco anos e os respectivos planos de estudos não apresentam diferenças de relevo. Não assim a qualidade dos cursos, como demonstrado pela avaliação das mais de 20 licenciaturas em Direito existentes em Portugal, realizada através do Conselho Nacional para a Avaliação do Ensino Superior¹.

Não resultaram consequências desta avaliação.

III. Por outro lado, cabe às instituições universitárias definirem os planos de estudos e os programas das disciplinas, no exercício da sua autonomia pedagógica, como resulta da Constituição e é garantido pelo Regime jurídico das Instituições do Ensino Superior (Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro, abaixo RJIES), aliás em termos problemáticos do ponto de vista jurídico (art. 74.º).

«A autonomia pedagógica confere às instituições de ensino superior públicas a capacidade para elaborar os planos de estudos, definir o objecto das unidades curriculares, definir os métodos de ensino, afectar os recursos e escolher os processos de avaliação de conhecimentos, gozando os professores e estudantes de liberdade intelectual nos processos de ensino e de aprendizagem.»

São silenciadas questões complexas relacionadas com a aplicação ao mundo académico das liberdades de ensinar e de investigar, de opinião e de expressão, entre outras - bem como a articulação entre as autonomias da universidade e as de cada docente. Efectivamente, uma primeira leitura deste preceito poderia levar a pensar que cabe às universidades definir o objecto e conteúdo das disciplinas universitárias, definir os métodos de ensino e escolher os processos de avaliação de conhecimentos - cabendo unicamente aos docentes a escolha do processo de ensinar.

A liberdade de investigar e de ensinar, de opinião e de expressão, de pensamento e de crítica já não seriam característica da actividade dos professores universitários... mas talvez nem valha a pena perder muito tempo com mais um artigo destinado a ficar esquecido no meio de tantas outras fórmulas legislativas inúteis. Ou então, se tomado a sério, alertar para a tentação do pensamento único e da uniformização que contrasta com o «dogma académico» (Nisbet).

A referência à liberdade de aprendizagem dos estudantes, neste contexto em que dispõe sobre liberdades fundamentais constitucionalmente previstas, não faz qualquer sentido.

A especificidade dos cursos de mestrado e dos cursos de preparação para o doutoramento não permite confundi-los com os de licenciatura. O ensino pós-graduado tem outra exigência científica e é dirigido à preparação dos estudantes tendo em

¹ Elementos não publicados. Os relatórios relativos às Faculdades de Direito da Universidade de Lisboa e de Coimbra podem ser consultado nos sítios das universidades a que respeitam.

vista o exercício autónomo da investigação científica e a comprovação de um nível aprofundado de conhecimentos científicos.

IV. Quanto ao mestrado, dispõe-se actualmente no regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior (Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março), que o ciclo de estudos conducente ao grau de mestre tem 90 a 120 créditos e uma duração normal compreendida entre tres e quatro semestres curriculares de trabalho dos alunos (art. 18.º), sendo o grau de mestre atribuído numa especialidade, eventualmente sendo esta decomposta em especializações.

Para além de ter perdido o carácter unitário que lhe era reconhecido na legislação anterior, o grau de mestre perdeu a sua especificidade, a qual resultava, na fórmula legal, de comprovar um nível aprofundado de conhecimentos numa área científica específica e capacidade para a prática da investigação.

Agora, o grau de mestre é conferido aos que demonstrem: «a) Possuir conhecimentos e capacidade de compreensão a um nível que: i) Sustentando-se nos conhecimentos obtidos ao nível do 1º ciclo, os desenvolva e aprofunde; ii) Permitam e constituam a base de desenvolvimentos e ou aplicações originais, em muitos casos em contexto de investigação; b) Saber aplicar os seus conhecimentos e a sua capacidade de compreensão e de resolução de problemas em situações novas e não familiares, em contextos alargados e multidisciplinares, ainda que relacionados com a sua área de estudo; c) Capacidade para integrar conhecimentos, lidar com questões complexas, desenvolver soluções ou emitir juízos em situações de informação limitada ou incompleta, incluindo reflexões sobre as implicações e responsabilidades éticas e sociais que resultem dessas soluções e desses juízos ou os condicionem; d) Ser capazes de comunicar as suas conclusões, e os conhecimentos e raciocínios a elas subjacentes, quer a especialistas, quer a não especialistas, de uma forma clara e sem ambiguidades; e) Competências que lhes permitam uma aprendizagem ao longo da vida, de um modo fundamentalmente auto-orientado ou autónomo.» (art. 15.º).

A redacção do texto legal impede qualquer caracterização clara quanto ao que se pretende com a atribuição do grau de mestre. Teria sido bem mais prudente e sério, como pensado na legislatura anterior, que a natureza e os requisitos dos graus fossem definidos por áreas do conhecimento científico.

O resultado que se pode esperar, e que alias já está a ocorrer, é a impossibilidade de proceder a um exame comparativo dos graus mesmo dentro de cada área científica, já que as mesmas denominações ocultam realidades completamente distintas. Assim, existem cursos de licenciatura em Direito com 3 e 4 anos de duração; e cursos de mestrado cujos programas e exigência final dificilmente são comparáveis.

Comparar as formações e os graus atribuídos pelas universidades, que é uma das finalidades da Declaração de Bolonha, torna-se portanto mais difícil.

De outro lado, o mestrado perdeu o carácter de grau de excelência que a legislação anterior procura assegurar, nomeadamente ao prever que a classificação mínima para aprovação é de 14 - numa bitola de 0 a 20.

Agora, a classificação dos estudantes aprovados situa-se na escala de 10 a 20 - isto é, no Suficiente e não no Bom.

Falar de excelência das universidades num contexto em que objectivamente se desvalorizam os graus já existentes é, obviamente, um contra-senso.

V. Estas observações são também válidas para o grau de doutor.

Atente-se, de novo, na redacção legal, segundo a qual o grau de doutor é conferido aos que demonstrem (art. 28.º/1): «a) Capacidade de compreensão sistemática num domínio científico de estudo; b) Competências, aptidões e métodos de investigação associados a um domínio científico; c) Capacidade para conceber, projectar, adaptar e realizar uma investigação significativa respeitando as exigências impostas pelos padrões de qualidade e integridade académicas; d) Ter realizado um conjunto significativo de trabalhos de investigação original que tenha contribuído para o alargamento das fronteiras do conhecimento, parte do qual mereça a divulgação nacional ou internacional em publicações com comité de selecção; e) Ser capazes de analisar criticamente, avaliar e sintetizar ideias novas e complexas; f) Ser capazes de comunicar com os seus pares, a restante comunidade académica e a sociedade em geral sobre a área em que são especializados; g) Ser capazes de, numa sociedade baseada no conhecimento, promover, em contexto académico e ou profissional, o progresso tecnológico, social ou cultural.»

O doutoramento pode ser tudo... e nada.

Novidade maior foi a introdução dos cursos de doutoramento, destinados a formar para a investigação científica.

O doutoramento inclui a elaboração de uma tese original e especialmente elaborada para este fim, adequada à natureza do ramo de conhecimento ou da especialidade.

Parece evidente, em face destes elementos, que a prova rainha na futura estrutura da carreira docente passará a ser a agregação: desvalorizado o doutoramento e desligado de consequências na carreira docente, a prova por excelência de avaliação do trabalho de investigação e de docência, condição para o recrutamento como professor catedrático, passará a ser a agregação. Para isso aponta o novo regime legal desta prova.

VI. De outro lado, os cursos de licenciatura, mestrado e doutoramento devem estar organizados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro. Em síntese, a organização curricular obedece aos seguintes parâmetros: os planos curriculares dos cursos podem estar organizadas por anos, semestres ou trimestres lectivos; a cada ano lectivo realizado a tempo inteiro correspondem 60 créditos; os créditos são a unidade que mede o trabalho que o estudante tem de realizar, nomeadamente aulas, aulas tutoriais, projectos, estudos e avaliação; espera-se que o trabalho de um ano curricular se desenvolva durante um período de 36 a 40 semanas, abrangendo entre 1500 a 1680 horas.

VII. O Conselho Científico aprovou para entrar em vigor no ano lectivo 2007-2008 um Plano de Estudos que se caracteriza pela estrutura unitária do Curso de Licenciatura.

Apesar da existência de disciplinas de opção a escolher pelos alunos desde o primeiro ano do curso, não existem menções autónomas, como anteriormente.

As disciplinas histórico-jurídicas obrigatórias para os estudantes são as seguintes:

- Direito Romano (1.º ano, 1.º semestre);
- História do Direito (1.º ano, 2.º semestre).

As disciplinas de opção são as seguintes:

- História do Pensamento Político (1.º ano, 2.º semestre);
- História das Relações Internacionais (2.º ano, 1.º semestre);
- História do Pensamento Jurídico (2.º ano, 1.º semestre).

No silêncio da lei, pode entender-se, de acordo com uma orientação uniforme da Faculdade, que a Filosofia do Direito, agora disciplina do 1.º ano do curso de licenciatura, constitui uma disciplina comum a todos os grupos de docência.

Apesar da mitologia do «processo de Bolonha», acima denunciada, nada existe no direito internacional ou na legislação nacional que obrigue a esta organização semestralizada do plano de estudos.

VIII. Nos cursos de mestrado anote-se a existência de duas opções distintas por parte da Faculdade de Direito:

- o curso de mestrado científico, destinado aos estudantes interessados na investigação científica;
- o curso de mestrado profissionalizante.

Nas duas modalidades são criadas diversas especialidades nesta reforma de 2007.

No Curso de Mestrado em Direito, Ciências Jurídico-Históricas, consagram-se quatro novas disciplinas semestrais, caracterizando-se este curso pela liberdade que é conferida aos estudantes para escolherem livremente as restantes disciplinas a frequentar - quatro, de entre as restantes ministradas pela Faculdade.

O vocabulário utilizado, Ciências Jurídico-Históricas e não Histórico-Jurídicas, mais não pretende do que sublinhar, na sequência da lição de mestres como Ruy de Albuquerque e Martim de Albuquerque, que a história do direito e a gramática da ciência jurídica - e que a história do direito e Direito, disciplina a ser cultivada por juristas.

Neste curso de mestrado - dito profissional ou de Bolonha - existem 4 disciplinas em cada um dos dois semestres, com uma carga horária efectivamente leccionada de 2 horas semanais.

As disciplinas são as seguintes: História Diplomática; História Constitucional; História do Direito Privado Moderno; Direito Romano.

No final de cada semestre os estudantes são objecto de avaliação por disciplinas, consistindo esta avaliação num exame escrito e eventualmente de prova oral.

A frequência e aprovação neste curso é titulada por um Diploma.

A opção tomada pelos professores assentou na efectiva ministração de um plano curricular - e não apenas na orientação da investigação dos estudantes.

Nos mestrados das restantes áreas científicas foram criadas disciplinas de matriz histórico-jurídico, designadamente a História das Relações Internacionais e a História da Administração Pública.

Para além deste curso de mestrado, foi criado um curso de mestrado científico ou de investigação científica em História do Direito. As disciplinas previstas são as mesmas do curso de doutoramento: Direito Romano (I-II); História do Direito (I-II); História das Ideias Políticas (I-II); e História das Relações Internacionais (I-II).

IX. A criação de um curso de doutoramento em ciencias jurídico-históricas foi outra opção da Faculdade.

As disciplinas obrigatórias são Direito Romano (I-II) e História do Direito (I-II).

Para além destas disciplinas, os alunos optam entre História das Ideias Políticas (I-II) ou História das Relações Internacionais (I-II) e entre Metodologia jurídica / Filosofia do Direito (I-II) / Introdução ao Direito Público (I-II) / Introdução ao Direito Privado (I-II).

A docência será assegurada, em princípio, nos mesmos termos que o chamado mestrado científico.

X. Em síntese final, um quadro com a totalidade das disciplinas histórico-jurídicas (Licenciatura e 2.º ciclo) é a seguinte (todas as disciplinas são semestrais):

- Direito Romano;
- História do Direito;
- História das Ideias Políticas;
- História do Pensamento Jurídico;
- História das Relações Internacionais;
- Direito Romano (M);
- História do Direito Privado Moderno (M);
- História Diplomática (M);
- História Constitucional (M);
- História da Administração Pública (M).

No curso de doutoramento temos:

- Direito Romano (I-II);
- História do Direito (I-II);
- História das Ideias Políticas (I-II); e
- História das Relações Internacionais (I-II).

Esta indicação deve ser consequente com as especialidades para efeitos de doutoramento e com o quadro de vagas para professor catedrático e associado da Universidade de Lisboa.

² Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, ratificado, com alterações, pela Lei n.º 19/80, de 16 de Julho, e a respectiva legislação complementar.

XI. De acordo com o disposto no Estatuto da Carreira Docente Universitária², os quadros de professores catedráticos e associados são constituídos por «disciplinas ou grupos de disciplinas» (artigo 84.º).

Segundo a Estrutura Orgânica do Quadro de Professores Catedráticos e Associados da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, existem os seguintes grupos de docência³:

- 1.º Grupo, Ciências Histórico-Jurídicas;
- 2.º Grupo, Ciências Jurídico-Económicas;
- 3.º Grupo, Ciências Jurídico-Políticas;
- 4.º Grupo, Ciências Jurídicas.

A organização dos quadros de pessoal docente não se confunde com a estrutura dos cursos.

No primeiro grupo existem três vagas de professor catedrático e seis vagas de professor associado.

Nos termos da lei, os professores auxiliares são contratados para além do quadro, independentemente do número. O mesmo se diga dos assistentes e dos assistentes-estagiários. A nova legislação aponta para a possível introdução de alterações no regime de fixação das vagas de professores.

De acordo com o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, serão definidas por despacho do ministro com a tutela das universidades o número de unidades dos quadros de pessoal docente, de investigação e outro de cada instituição de ensino superior pública, através da aplicação de critérios estabelecidos por decreto-lei (art. 120.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro).

Já a distribuição das vagas dos quadros pelas diferentes categorias, no caso do pessoal docente e de investigação, e pelas diferentes carreiras e categorias, no caso do restante pessoal, é feita por cada instituição de ensino superior pública, sem prejuízo de o ministro da tutela poder fixar, por despacho, regras gerais sobre esta matéria. Por outro lado, apesar da previsão de lugares de quadro, podem ser fixados limites quantitativos à contratação de pessoas pelas instituições de ensino superior (art. 121.º).

XII. Descrita a situação legal e regulamentar, deixamos seguidamente uma indicação acerca do futuro do ensino histórico-jurídico.

Se a Faculdade deve, como agora é obrigação que decorre da lei, preparar um Plano Estratégico, nomeadamente quanto a ciclos de estudos, qualificação dos

³ Aprovada pela Portaria n.º 355/85, de 11/6. De acordo com o Estatuto da Carreira Docente Universitária, a actualização dos quadros é feita em cada biénio. A fixação dos lugares do quadro de professores da Faculdade de Direito consta do Despacho Reitoral n.º 10083/2003 (*Diário da República*, II.ª série, n.º 117, de 21 de Maio de 2003) e a sua afectação aos grupos de docência foi feita pelo Despacho Reitoral n.º 4197/2004 (*Diário da República*, II.ª série, n.º 52, de 2 de Março de 2004). Quanto à metodologia a seguir na configuração dos quadros, cf. Decreto-Lei n.º 252/97, de 26 de Setembro, e os despachos ME 9527/97 e 1561/98.

docentes e política de doutoramentos, investigação científica e política de avaliação da qualidade, nesse Plano se tem de incluir a reflexão estratégica do grupo de ciências histórico-jurídicas.

Damos a seguir conta de algumas opções curriculares e programáticas definidas pelos professores do grupo de Ciências Histórico-Jurídicas para os cursos de licenciatura e de mestrado.

1º. O Direito Romano integra os estudos histórico-jurídicos

Apesar de se reconhecer a autonomia científica da História do Direito Romano e do Direito Romano enquanto disciplinas dogmáticas e formativas⁴, entendeu-se, como é a tradição da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, que as disciplinas romanísticas deveriam integrar-se no quadro mais vasto das ciências histórico-jurídicas, quer do ponto de vista curricular quer do ponto de vista da fixação do respectivo quadro de professores⁵. Não se trata de qualquer regresso à clássica interrogação a que teve que responder Savigny, entre a história do direito romano e o direito romano actual ou dogmático, mas simplesmente de adoptar uma determinada matriz: a da integração dos estudos romanísticos nos estudos históricos e, consequentemente, da previsão de lugares do quadro de professores nas ciências jurídico-históricas para os cultores do Direito Romano. Sabendo, no entanto, que em diversas universidades por esse mundo fora, desde logo em Espanha, não é esta a solução mais frequente.

2º. Conjugar os programas das diversas disciplinas

As conclusões dos relatórios de avaliação dos cursos de Direito realizadas por esse mundo fora têm vindo a referir como uma das suas conclusões negativas a inexistência de um currículo integrado, que permita uma formação coerente dos estudantes, assente na aquisição de conhecimentos básicos.

Neste sentido, uma das preocupações no domínio das ciências jurídico-históricas deve ser a de privilegiar uma sólida formação humanista, assente no conhecimento dos elementos fundamentais da história da cultura jurídica ocidental, até ao presente.

Como exemplos desta conjugação de planos, a história do direito público é ensinada na História das Ideias Políticas e o renascimento e a metodologia das escolas jurídicas medievais é ensinada no Direito Romano.

Deste modo, os Programas foram definidos por consenso entre os docentes, de modo a proporcionar, sem embargo da liberdade científica e pedagógica de cada professor, estabilidade, legibilidade e coerência nos conteúdos programáticos de todas as disciplinas, obrigatórias e facultativas.

⁴ Por todos, v. SEBASTIÃO CRUZ, *Direito Romano. Relatório (Nos termos da alínea a) do n.º 1 do Art. 9º do Decreto N.º 301/72, de 14 de Agosto, de harmonia com o Art. 4º do mesmo diploma)*, Coimbra, 1978 e ANTÓNIO DOS SANTOS JUSTO, *Direito Romano - Relatório*, Coimbra, 1993.

⁵ Cf. quanto à Universidade de Lisboa, os estudos citados de Duarte Nogueira e Eduardo Vera Cruz.

3º. O ensino deve reflectir as preocupações dos juristas do presente

Uma das orientações metodológicas do ensino histórico-jurídico do passado, expressamente assumido por García-Gallo e pelos seus discípulos em Espanha, foi o de centrar a investigação e o ensino no passado, especialmente medieval, pois os problemas do presente não deveriam contaminar a história do direito⁶.

Pelo contrário, a orientação metodológica estabelecida, conhecendo no entanto as dificuldades de construção hermenéutica, é a trazer o ensino das matérias histórico-jurídicas até à actualidade, nas disciplinas em que tal se proporcione - estudo das concepções contemporâneas do pensamento político e do direito público e da história do direito privado da época contemporânea - de modo a permitir aos estudantes uma compreensão crítica acerca do modo como se constituíram e por que se constituíram os dogmas e institutos jurídicos do presente.

Já não se trata, no entanto, de situar a história num passado remoto e não incómodo para as nossas perspectivas do presente, mas de enfrentar os problemas de construção do discurso historiográfico e de confrontá-lo com os dados da realidade.

A história do presente é história - como para o direito público têm sustentado STOLLEIS e para o direito privado WIEACKER, embora os problemas metodológicos não possam ser ignorados.

4º. Publicações

Os resultados das investigações e do ensino é medido pelas publicações. Cada vez mais parece aplicar-se aos sistemas jurídicos do continente europeu uma velha máxima das universidades anglo-saxónicas: «publish or perish», publicas ou morres.

Se as publicações são um indicador necessário para a avaliação da qualidade das universidades e dos seus docentes, não pode deixar de observar-se que não existe nenhuma metodologia especificamente aprovada para a avaliação das publicações no domínio das ciências jurídicas, sociais e humanas. Esta omissão tem de ser suprida futuramente, considerando, em especial, que a avaliação da qualidade constitui um dos parâmetros definidores do financiamento das universidades.

Para concretizar este desiderato, torna-se indispensável a publicação de lições e outros elementos de estudo para cada uma das disciplinas obrigatórias e facultativas, de acordo com a sua natureza e momento em que são ministrados nos cursos (licenciatura, mestrado e doutoramento).

Em conclusão encontram-se Cursos de História do Direito (Duarte Nogueira), História das Ideias Políticas (Pedro Barbas Homem), Relações Internacionais (Pedro Barbas Homem) e Direito Romano (Eduardo Vera-Cruz).

Está igualmente previsto o início de publicação de uma colecção de livros de síntese de introdução histórica às grandes áreas da ciência do direito, designadamente a História da Organização Judiciária, a História do Direito Internacional, a História

⁶ Para além dos estudos acima referidos, v., por todos e por último, José Sánchez-Arcilla Bernal, *Jacobus, id quod ego. Los caminos de la ciencia jurídica*, Madrid, Dykinson, 2003.

do Direito Penal, a História do Direito da Família, entre outras obras. Os livros, que obedecem a uma organização dos materiais e estilo similares que é assegurada por um director de colecção, são as sínteses de largos períodos históricos.

5°. Instituto de História do Direito e das Ideias Políticas

O Instituto de História do Direito e das Ideias Políticas será outro instrumento fundamental para a consolidação dos estudos histórico-jurídicos, assente, em primeiro lugar, na colecção Clássicos do Pensamento Político e, futuramente, na publicação de uma História do Pensamento Político em Portugal.

Projectos de investigação, designadamente a digitalização das fontes do direito português do século XIX - projecto dirigido pelos professores Duarte Nogueira e Barbas Homem - inserem-se igualmente nas iniciativas do Instituto.

A realização de seminários, cursos e outras iniciativas é outra dimensão do Instituto.

No final de 2007 realizou-se, com grande sucesso científico e de assistência, o Seminário Internacional «O Perfil do Juiz na Tradição Ocidental», organizado com o Conselho Superior da Magistratura, e que trouxe à Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa docentes e investigadores das Universidades de Complutense de Madrid, Santiago de Compostela, Frankfurt, Gent, Porto e Coimbra, ao lado de magistrados de supremos tribunais do Brasil, Portugal e outros Estados europeus.

As comunicações serão publicadas em 2008.

6°. Política de doutoramentos

As orientações acima traçadas conjugam-se com a política de doutoramentos, tomando em consideração as áreas em que os diversos doutorandos já estão a investigar. Assinalam-se, assim, estudos em áreas como a História do Pensamento Político, a História do Direito Privado, a História das Instituições e do Direito Público, a História do Direito Penal, a História do Direito Internacional, a História do Pensamento Jurídico e o Direito Romano.

Para além dos próprios docentes da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, diversos outros mestres portugueses e brasileiros encontram-se a investigar sob orientação de professores desta casa.

Os temas registados para doutoramento são os seguintes:

- A Historiografia Jurídica no século XX;
- O Processo Penal romano-canónico;
- A Mesa da Consciência e Ordens;
- A Legislação Penal do Iluminismo;
- O Supremo Tribunal de Justiça no contexto do Poder judicial no século XIX;
- Os Institutos de Direito das Gentes no século XIX;
- A Legislação Oitocentista e o Nascimento do Estado Social;
- A Justiça Criminal e o Direito Penitenciário (da monarquia constitucional ao Estado Novo);

- Os Institutos Jurídico-Familiares na Construção do Direito da Família;
- Escravos, Libertos e Serviçais: Regime Jurídico no Direito Português (1761-1873).

De outro lado e ainda nesta sede, importa reter a importância crescente que aos estudos históricos têm dedicado os juristas académicos. Seja em teses de mestrado e de doutoramento ou em outros trabalhos, e cada vez mais evidente que a compreensão do direito do presente passa pelo conhecimento dos caminhos da história da cultura jurídica.

7º. Avaliação de qualidade

Uma das ideias centrais das reformas do ensino superior aprovadas nos últimos anos por esse mundo fora é a avaliação da qualidade do ensino e da investigação. A Constituição Portuguesa foi pioneira ao definir, desde a revisão constitucional de 1997, uma ligação entre autonomia e avaliação da qualidade das universidades.

Esta política de avaliação da qualidade da investigação e do ensino histórico-jurídico tem de fazer-se seguindo vários caminhos: abertura ao exterior, nomeadamente através de intervenções em colóquios e congressos internacionais; da participação de docentes estrangeiros em eventos científicos na Faculdade; de recensões críticas em revistas da especialidade - demonstrando a permanente actualização científica dos docentes e investigadores portugueses, de um lado, mas igualmente a recepção e conhecimento das suas obras no estrangeiro.

Deve continuar a privilegiar-se, como sempre tem sido política académica, a ligação com a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e a sua comunidade de jushistoriadores.

XIII. Em 1980 RUY DE ALBUQUERQUE denunciava viver-se então uma «fase aguda de anti-historicismo nas Faculdades de Direito»⁷.

Na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e no início do século XXI, pode dizer-se que esta situação parece ultrapassada, graças à reinvenção dos estudos histórico-jurídicos devida ao esforço persistente dos Professores RUY DE ALBUQUERQUE e MARTIM DE ALBUQUERQUE e dos seus discípulos e continuadores.

Numa época marcada pelo declínio do «dogma académico», de certo modo o fim do mote da «cultura pela cultura», quando se assinala que a universidade parece incapaz de realizar os fins clássicos de educação cultural do homem e se orienta cada vez mais para o horizonte mais estreito da formação de profissionais, é tempo de continuar a reivindicar a herança que, em especial, recolhemos do iluminismo: valorizar a história e a razão e o conhecimento integrador da ciência e da cultura.

Uma Faculdade de especialistas seria uma Faculdade politécnica, incapaz de reagir à mudança e de compreender o sentido das coisas. Cabe aos cientistas da história do direito demonstrar a utilidade e a necessidade do seu conhecimento para compreender e poder agir sobre o presente.

⁷ RUY DE ALBUQUERQUE, *Relatório*, p. 109.

NOCIONES GENERALES PARA REFLEXIONAR SOBRE LA UNIVERSIDAD, SUS EXIGENCIAS Y SU MISIÓN ACTUAL

Amelia Gascón Cervantes
Docente de la Universidad Autónoma de Nayarit, México

PLANTEAMIENTO GENERAL

Suponemos que en este momento no es posible establecer un proyecto de innovación docente o un proyecto general de planeación académica para una facultad o institución educativa de nivel superior (con la idea de acreditar un nivel de “calidad y excelencia” pedido por el mundo actual), si antes no se observa el terreno y el ambiente en el que se plantea dicha misión.

Lo más sano desde el punto de vista anímico e intelectual es tomar *conciencia* de que las tareas que se están desarrollando hoy, o las que se van a emprender mañana, están enmarcadas en un movimiento que abarca a gran parte del planeta Tierra. Una vez reconocido este factor, desde el punto de vista anímico se produce una descarga importante de la presión que pueden sentir esos individuos comprometidos con tal movimiento académico-universitario, pues en algunos casos les está llevando hasta el agotamiento, porque tomaron este fenómeno como algo realizable desde una posición individual que, sumada a los esfuerzos de otros individuos igualmente comprometidos, tendría que provocar dicha transformación. Pero en algún momento es inevitable preguntarse *¿realmente esto es así?* y posiblemente la respuesta necesaria sea no, no puede ser así.

Por otra parte, para comprender por qué en la mayor parte de las universidades del mundo que ya están inmersas en este proceso presentan problemas similares, no basta con acudir a la obvia respuesta encuadrada en el concepto general de globalización, creemos que la respuesta útil debe estar encuadrada desde el detalle del impacto que dicha globalización está teniendo en este proceso de generación y adquisición de conocimiento, es decir, es probable que debamos observar este fenómeno por sus manifestaciones y sus síntomas concretos pues insistimos, por ejemplo, que llama la atención el hecho de que sin importar las diferencias que puedan existir entre universidades que, por pertenecer a países diferentes, por contar con infraestructura material y humana diferente, por construir y fomentar tradiciones académicas diferentes, por pertenecer a las ciencias sociales, humanidades, a las áreas de la salud o de las ciencias exactas, en resumen, cualquiera que sea el espacio donde se desarrolle la educación superior, se presentan síntomas problemáticos muy parecidos, entonces parece obvio y prudente preguntarse *¿a qué se debe este*

esta gran “casualidad” si no hemos logrado globalizar el nivel de desarrollo en el mundo? ¿Es posible que seamos parte de una labor de reconceptualizando de lo que significa la universidad y la enseñanza superior? ¿Tenemos idea clara del impacto que esto representará a nuestra identidad universitaria particular? Sin tener ahora una respuesta clara para estas preguntas trataremos de poner en la mesa las ideas e inquietudes que, derivados de la experiencia como coordinadora de Programa en la Unidad de Académica de Derecho de la Universidad Autónoma de Nayarit en México, han dejado la práctica diaria y, además, la comparación de la labor desarrollada en otras Universidades de mi país particularmente.

Esa es la razón de este escrito que trata tan sólo de ordenar una serie de ideas que han surgido de la práctica y que en algún momento podrían dar espacio a un estudio serio desde el campo de la teoría.

Hemos agrupado nuestras inquietudes en cinco rubros, en el primero señalamos algunos aspectos que sobre el conocimiento deberíamos tener en cuenta para explicarnos ciertas cuestiones que facilitan o están dificultando el proceso de Reforma Universitaria. En el segundo describimos cuestiones que identifican ese proceso inicial de la Reforma Universitaria. En el tercero, describimos ciertas desventajas que apreciamos de este proceso. En el cuarto, sus ventajas y, en el quinto, planteamos algunas cuestiones sobre las que nos parece es necesario seguir reflexionando.

Algunas características a tener en cuenta sobre la generación, adquisición y/o transmisión del conocimiento

Como lo hemos dicho antes, suponemos que no se puede abrir ningún espacio de análisis y particularmente de propuesta si antes no se comprende cómo somos, quiénes somos y qué características nos definen esencialmente como individuos involucrados en el espacio de enseñanza superior. Por tanto creemos que a la hora de plantear cualquier análisis debemos tener en cuenta, entre otras cosas y como puntos de referencia inicial que:

1.- El conocimiento cada vez es más especializado y al mismo tiempo existen menos redes que permitan fluir la información de un campo a otro. Lo anterior produce los inconvenientes del aislamiento académico que, se supone, pretende explicar una realidad que está conectada.

2.- Existe una imposibilidad de controlar todo lo que la humanidad ha conocido hasta ahora, se calcula que todo el conocimiento producido, desde que se tiene registro de las primeras reflexiones hasta hoy, se duplicará en 5 años.

3.- Los estudiantes y docentes (como principales actores en el escenario de la educación) tienen acceso a la información actualizada casi por igual y de manera masiva, rápida, fácil. Por tanto, parece ser que el problema en última instancia no es de acceder a la información, sino de qué hacer con ella y cómo relacionarla para explicar o solucionar los problemas que plantea la realidad.

4.- Actualmente el intercambio de información entre los protagonistas que generan el conocimiento se da con mayor agilidad, es decir, aquél que tenga un mínimo de interés puede obtener casi de primera mano los resultados del trabajo universitario, entonces, si es tan fácil acceder a la información de primera mano *¿por qué este no es un estímulo para que la comunidad científica y académica tenga una visión interdisciplinaria y multidisciplinaria?* es decir, al margen de hoy es más fácil la comunicación se está produciendo en algunos sectores, particularmente de los docentes, la idea de cerrarse a lo que “les es propio”.

5.- Finalmente es importante considerar que, por una parte, tenemos docentes más especializados en el aula y, por otra, tenemos jóvenes estudiantes que al llegar a la universidad tienen mayor información sobre el mundo de la que conocían estudiantes de la década de los noventa, por ejemplo. Queremos decir que tal vez para estas nuevas generaciones de estudiantes que nacieron en la era de la computadora, comunicaciones internacionales, control de varios idiomas, uso de celulares, etc., se ha reducido considerablemente el espacio de misterio sobre la vida pero, al mismo tiempo, parece que se encuentran con la dificultad de qué hacer con tanto que saben de teoría pero que, al mismo tiempo, no han podido respaldar con la experiencia.

Características Comunes en el plano general de la Reforma Universitaria

Lo descrito anteriormente forma parte de las características que posiblemente se deberían considerar no sólo para encuadrar la llamada Reforma Universitaria (sea cual sea el nombre que se le dé en cada región), sino también para encontrar la razón que hoy justificaría plenamente nuestra labor como universitarios. Evidentemente en poco tiempo el mundo cambió entonces *¿qué hacer frente a ello desde la universidad?* Entendemos que esta pregunta (que en algún momento de nuestra vida universitaria será obligado plantearnos) es la que ha motivado tan grande movilización universitaria pero *¿cómo se está dando este proceso?* Creemos que en este sentido la Reforma universitaria está implicando dificultades y reacciones (algunas veces producto de las razones y otras de las pasiones) que podríamos describir de la siguiente forma:

1.- En el ánimo universitario general (docentes, estudiantes, administrativos y en buena parte de los directivos) esta Reforma que implica modificaciones a la idea de universidad no se aprecia como algo necesario, por tanto, la reacción tan humana ante la imposición es la negativa, la desilusión o hasta la agresión para expresar su inconformidad.

2.- La Reforma no es comprendida, no hay claridad en cuanto a la forma como habrá de plantearse (posiblemente cuesta más definir el rumbo porque no se ve necesario el cambio), de esta forma regularmente se está confundiendo lo que es *forma* (requisitos administrativos-burocráticos), que en nuestro concepto nos distraen de la labor de crear y mejorar el conocimiento, con lo que es *fondo*, es decir, aquello que

implica debate de posturas intelectuales, escuelas como tradición de conocimientos, métodos como forma de acceder al nuevo conocimiento, etc.

3.- Existe la sensación de caos y temor frente a tantas “nuevas” obligaciones, tal vez, como lo hemos dicho antes porque no son comprendidas las formas y fines de dicha reforma.

4.- La administración universitaria exige resultados puntuales y en tiempos determinados (que a su vez le exigen oficialmente instancias superiores en tiempo record). Esta cuestión se pone en evidencia de manera más contundente en el ámbito de acción de los docentes, podemos decir que la nueva dinámica está produciendo alguna de las siguientes reacciones, que se pueden presentar simultánea, sucesiva, alternativa o individualmente:

4.a.- **Negación**, es decir, el docente no está dispuesto a cambiar sus formas actuales, sea por la cantidad de años que ha aplicado el mismo método, sea porque no tiene vocación docente y por tanto ve en esta labor un sacrificio innecesario adicional o, simplemente, porque ante lo desconocido espera que otros den el primer paso.

4.b.- **Negatividad**, no se considera que esta Reforma pueda representar alguna ventaja, sea porque considera que *es lo mismo, pero de otra forma*, o bien, porque eso les implica entrar a un escenario donde se debe poner en práctica habilidades personales (no sólo las profesionales como hasta ahora) que el docente no considera necesarias para la labor docente y que además le expone en un plano que no debe implicarse en el “trabajo”, el personal.

4.c.- **Sumisión**. El docente (regularmente de poca antigüedad) actúa de esta forma o bien, por comodidad, o bien, porque consciente de las características del mundo actual, comprende que los métodos pasados son en buena medida obsoletos. Sí la causa es esta última, suele derivar en un trabajo extenuante y muchas veces desestimulante, puesto que no siempre puede organizar metódica y teleológicamente su trabajo, además de que se expone a que los docentes de la categoría anteriormente descrita desacredite cualquier esfuerzo por considerarlo desvirtuador de los “objetivos” a los que está llamada la labor docente o el estudio de un área específica. Lo cual nos obliga a reflexionar de nuevo en lo que señalamos en el A) ya que el mundo cambió y eso tal vez nos obliga a replantear objetivos.

Lo cierto es que el docente (insistimos regularmente novel) puede caer en desánimo ya que, por una parte, cree que debe hacerlo de otra forma y por otra parte, duda que sea correcto lo que está haciendo porque no es consciente de que tiene que *reeducarse*, pues él ha sido formado bajo los parámetros que ahora “quiere” transformar.

4.d.- **Reflexión**. Posiblemente este es el escenario de mayor “sacrificio”, puesto que se intuye que el modelo educativo actual se debe replantear, pero no se acepta o, por lo menos, no se reconoce como válido que se “impongan” los modelos diseñados en otros lugares, porque se supone que en un espacio universitario se debe “pensar” y cuando algo se impone a gente pensante entonces se produce un rechazo

inicial pero, al mismo tiempo, se produce un enganche posterior para responder las necesarias ideas que surgen del tan obvio y a veces obviado ejercicio del ¿por qué? ¿para qué?

4.e.- **Desconfianza.** Casi siempre esta característica surge una vez que se ha dado la anterior, pues no se confía en que los que han diseñado ese modelo educativo de “aplicación general e internacional”, tenían conocimiento pleno de nuestras habilidades, nuestras tradiciones académicas, las necesidades académicas de nuestras licenciaturas, nuestras posibilidades de infraestructura y capacitación docente. Creemos que no se nos puede culpar por desconfiar de ese modelo educativo, ya que se nos está indicando QUÉ, pero no ha quedado claro el POR QUÉ y menos aún nos orientan en el CÓMO y/o con QUÉ RECURSOS MATERIALES Y HUMANOS.

Desventajas que posiblemente se están derivando de esa Reforma del espacio universitario

En todo proceso de cambio y más en este que, como se ha dicho en distintos foros, nos implica *un cambio cultural*, se pueden detectar inconvenientes. A continuación describimos algunos de los que hemos observado en el trabajo cotidiano que nos ha implicado ese proceso de reforma académica universitaria:

1.- No se ha preparado, o por lo menos, no todos sabemos cuál es el proceso de transición de una cultura a otra para replantear la labor universitaria. Lo cual da espacio a que cada miembro de la comunidad universitaria genere su propia versión de la Reforma complicando así que la institución plantee en la práctica una postura institucional sobre la misma.

2.- Puesto que las universidades no paran su labor, durante los años en que se estará en transición, los estudiantes de esos períodos corren el riesgo de formar una generación de profesionales desorientados que no puedan soportar las exigencias que la realidad social y laboral les exija, porque durante una buena temporada involuntariamente podrían dejar de ser el centro de nuestra atención, lo cual nos hace responsables del impacto que sobre la realidad laboral se pueda dar, pues al final seguimos autorizando profesionistas al final de cada ciclo escolar.

3.- Se está “perdiendo” mucha creatividad y reflexión en:

3.a.- *Descubrir qué está pasando*, tal vez este escrito es evidencia de ello. Puesto que este es un proceso casi obligado, tarde o temprano, es obligado reflexionar sobre esa pregunta para dar sentido a los años de trabajo individual e institucional, el cambio parece ya inevitable pero la dirección del mismo es el que nos puede dar espacio a la reflexión.

3.b.- *Justificar lo que no tenemos pero debemos tener oficialmente.* A la par del replanteamiento académico se están generando espacio de “fiscalización” académica (acreditación de programas, certificación de docentes, etc.), que nos está obligan-

do no sólo a ser mejores sino a justificarlo debidamente. En muchos espacios no contamos con las evidencias completas de lo “buenos que somos”, por ello tenemos que dedicar tiempo y particularmente ingenio para efecto de justificarnos con lo poco que tenemos. Es decir, *no se aplica el trabajo en la generación de método o información útil*, sino en justificar administrativa o documentalmente un rendimiento que muchas veces no se sostiene o resulta poco útil para la docencia o para el conocimiento general.

3.c.- *Discutir entre pares académicos, pero no bajo argumentos sustentados en la reflexión académica, sino en el impacto emocional que nos implica este desajuste*. Este aspecto muchas veces nos lleva a diferencias personales y no divergencia de opinión académica, retrasando de esta manera un verdadero cambio de visión universitaria, el punto es que parece que esta etapa es inevitable mientras no se tenga claro qué se busca con la Reforma.

3.d.- Las universidades generalmente se encuentran desprovistas de personal capacitado para traducir en trámites administrativos lo que es la vida académica, lo que al parecer está obligando a que se involucren los docentes e incluso investigadores a la labor administrativa para formalizar dicha labor. Y esto no tendría problema en principio, el inconveniente es que no se ve claro por cuánto tiempo.

4.- Puesto que, como lo señalamos antes, cada miembro de la comunidad universitaria genera su propia versión (poco informada y contrastada) de la reforma universitaria, esto está dando lugar a un gran desencuentro entre sus miembros, muchas veces marcado por la poca tolerancia y la gran subjetividad, por tanto mientras las autoridades no asuman mayor responsabilidad en la formación y la distribución de información de lo que como universidad pretenden con dicha reforma, esto retrasará el proceso y dejará relaciones personales desgastadas. Regularmente las Universidades entran a los procesos sin preparación previa para esto y eso hasta cierto punto se considera normal, pero sería preocupante que tras la salida de la primera generación de una reforma inicial, no existiera la necesidad de estudiar y reflexionar sobre lo que ha pasado.

5.- Parece que la Reforma pasa necesariamente por un proceso de colaboración que, si previamente no se tiene esa cultura posiblemente será una reforma que implique el doble o triple de tiempo del necesario, es decir, pasará algún tiempo en aprender a trabajar en equipo y con colegas de otras especialidades.

Ventajas que se están derivando de esa Reforma del espacio universitario

Sin duda, las ventajas más notables que estamos detectando se centran en reflexiones mayores que este proceso está obligando a hacer y que se plantea en los siguientes dos aspectos:

1.- Nos vemos obligados a reflexionar sobre lo que debe ser hoy una Universidad desde el punto de vista social es decir *¿la Universidad educa, informa, instruye,*

forma? dicho de otra forma ¿en un mundo dónde la información fluye, cuál debe ser el papel de la universidad?

2.- El docente debe reflexionar sobre:

2.a.- **Su vocación.** Es decir, con qué grado de pasión, disposición de tiempo, valores, conocimientos, actitudes, se presenta al espacio universitario.

2.b.- **Su capacitación.** Al docente le implicará pasar de una conducta y perfil individual a una necesaria colaboración e implicación de trabajo con fines multidisciplinares.

2.c.- **Su competencia** (preparación) como conocedor sobre un área del conocimiento y sus habilidades para transmitirla de manera, clara, sencilla y profunda.

2.d.- **Su capacidad de adaptación** para tratar a un tipo de estudiante formado en un mundo diferente al que se formó él como estudiante y diferente al que trató en sus primeros años como docente.

2.e.- La pertinencia de **dar cuenta** no sólo numérica del resultado de los estudiantes, sino sobre el rendimiento que como docente ha tenido en cada curso, lo cual implica que le obliga a planear su labor como académico en las múltiples vertientes que le implica este espacio y particularmente le obliga a abrir su labor a otras áreas y colegas que, hasta ahora desarrollaba en un espacio exclusivo de su persona.

Propuesta de temas para seguir reflexionando

Al margen de lo escrito anteriormente consideramos necesario plantear las siguientes cuestiones.

1.- Cuestiones sobre la Reforma académica:

1.a.- ¿Quién en el mundo occidental, tiene claridad sobre el rumbo que lleva esta “revolución académica”? ¿es una reforma real o es una reforma aparente?

1.b.- ¿Cómo es que se ha determinado los criterios de calidad y excelencia a los que nos han convocado? ¿Quién los ha determinado?

1.c.- ¿Estas reformas están considerando a toda la población en edad o condición de estudiar, a los que tengan verdadera vocación profesional, a todo aquél que busque el conocimiento, tanto para usarlo como para transformarlo o transmitirlo, o está limitada a otro tipo de población? Es decir ¿a los intereses de quién responde la forma como se ha planteado la reforma?

1.d.- ¿Cuánto es el tiempo que prudentemente una institución puede soportar apartado en buena medida de la investigación y la innovación auténtica del conocimiento, en pro de la organización política-administrativa, sin que se ponga en riesgo su objetivo central que es pensar sobre un área específica del conocimiento?

2.- Cuestiones sobre la función y la relación docente-alumno en el espacio de enseñanza superior:

2.a.- ¿Qué significa ser estudiante y qué significa ser docente en el espacio universitario?

2.b.- ¿Por qué, aparentemente, hay una separación entre los dos protagonistas de la vida universitaria, es decir, Docente- Estudiante?

2.c.- ¿Es suficiente que el docente transmita información o el estudiante necesita otra cosa para ser útil socialmente?

2.d.- ¿Como docente me tengo que replantear lo que significa ser docente universitario, es decir, debo FORMAR, INFORMAR, EDUCAR, CAPACITAR, INSTRUIR...? La pregunta es clave pues de la respuesta dada dependerá en buena medida lo que debemos hacer en la actividad concreta del aula.

2.e.- ¿Hasta qué punto lo que ya hago como docente es lo que me pide dicha Reforma? Dicho de otra forma ¿No será que sólo es cuestión de incorporar mi actividad actual a formatos en los tiempos previstos burocrática o administrativamente? ¿tiene alguna ventaja organizar administrativamente lo que hasta ahora sólo conocían aquellos que participaban en el aula?

2.f.- ¿Cómo ser útiles a los jóvenes que aspiran a ser profesionales del Derecho, por ejemplo, sabiendo que la información general se va a duplicar en poco tiempo y que ello implica que el mundo se transforma de manera rápida?

2.g.- ¿No será que ese aparente desencuentro entre docentes y estudiantes no tiene que ver con la relación de la escuela sino con la forma como cada generación está adquiriendo la información? hasta ahora la mayor parte de los seres humanos asimilaban el conocimiento, por vía de teoría, pero en gran medida también por vía de experiencia cercana (sus padre, su profesor) o personal, pero hoy la adquieren desde que nacen por vía de la experiencia que no tiene rostro definido y no se explica el proceso, sólo se da el resultado. Si este fuera el caso ¿no sería conveniente en que el espacio universitario se dedicara a analizar y enseñar métodos y procesos de elaboración de conocimiento y no la transmisión del conocimiento?

Conclusiones

1.- Todo aquel que tenga un mínimo contacto con la vida universitaria (desde un Rector hasta el padre de familia) en mayor o menor medida necesariamente reflexionará en algún momento sobre la pertinencia de la Reforma propuesta.

2.- Es probable que seamos protagonistas-testigos de un replanteamiento de lo que significa una “Universidad” como institución relacionada con el conocimiento, y un replanteamiento de lo que significa ser “Universitario”, tanto en versión de docente, estudiante o de administrativo. De cualquier manera implica un gesto responsable el plantearse con cierto método el trabajo propuesto.

3.- Si la Reforma es Académica, entonces las instituciones de educación se deben incorporar en todos los espacios administrativos y ser aceptados por los mismos.

4.- Convendría separar dos espacios en todo esto que se plantea la Reforma Universitaria: La parte administrativa y la parte estrictamente académica, ambas se

pueden relacionar o estarán readicionadas pero requieren de tiempos y formas diferentes para reflexionarse, por ejemplo:

Criterio	Lo administrativo	Lo estrictamente académico	Observaciones
1. Programas de la materia, signatura o unidad de aprendizaje.	1. Establecer los formatos oficiales para que los docentes llenen con contenidos de cada programa. 2. Entregar una planeación sobre la forma como se va a trabajar. 3. Capacitar docentes para adecuar los contenidos de sus programas a los formatos o requerimientos oficiales.	1. Establecer los contenidos de los programas, atendiendo a lo que se busca desarrollar conforme al perfil de egreso u objetivos generales de la licenciatura. 2. Relacionar sus contenidos con los contenidos de otras materias. Debe comprenderse que el estudiante se forma integralmente con la información que le proporcionan todos los docentes. Por tanto no bastará con conocer mi materia sino que debo ser consciente de cómo impactará finalmente en el estudiante.	Se hace necesario ser auxiliados en esta labor por los especialistas de la administración y evaluación educativa, regularmente, estudiosos de ciencias de la educación.
2. Evaluación en todas sus vertientes.	1. La administración central debe determinar los criterios de evaluación generales (trabajo académico –tanto de estudiante como docente–, rendimiento integral de la institución).	1. Los docentes, asesorados por especialistas en educación, deben determinar los criterios de evaluación de cada materia.	
3. Diseño de material de apoyo para desarrollar el programa.	1. Diseñar los formatos y planear el trabajo de actualización por períodos escolares.	1. Proporcionar los contenidos que son necesarios para el desarrollo de dicho material	

5.- Las administraciones, con las experiencias ya vividas hasta ahora en este proceso, deberían diseñar una especie de “plan de contingencia” que nos permita desarrollar la labor de transición con el menor de los costos humanos, profesionales y económicos que implica para las generaciones de estudiantes que se están formando en estos períodos.

6.- Mientras los miembros de la comunidad universitaria no comprendamos que en buena parte del mundo se está presentado el mismo fenómeno, mientras no seamos capaces de mirar más allá de nuestra materia, aula o escuela o universidad, más complicado parecerá el problema, es decir, entre más reducido sea el punto de referencia sobre la reforma universitaria, más prisioneros seremos de nuestros temores y de nuestras limitaciones académicas.

7.- La reforma universitaria de buena parte del mundo está en marcha, no se puede parar, pero sí podemos decidir a dónde debe ir. Es decir, no creemos que se esté dando opción a pensar si aceptamos o no la reforma universitaria, me parece que eso es ya inevitable, el mundo cambió y la educación se debe adaptar al cambio, el punto en donde estamos obligados a participar la comunidad universitaria es en saber si el cambio de rumbo que dio el mundo era el conveniente para la especie humana y su entorno o si debemos contribuir desde la educación superior a modificar dicho rumbo. En otras palabras, no es opción aceptar o no la reforma, lo que es opción es definir el rumbo, de ahí la responsabilidad mayor que tenemos. En algún momento, si somos universitarios comprometidos, debemos aparcar los intereses intelectuales individuales y sumarse a este replanteamiento del concepto universidad, que finalmente condicionará en algún momento dichos intereses.

8.- Finalmente, no olvidar que al ser universitario estamos en el lugar hecho a medida para la labor que nos requiere este reto: pensar.

PROPUESTA GENERAL DE LA LABOR QUE PODRÍA DESEMPEÑAR LA HISTORIA DEL DERECHO EN LA FORMACIÓN DE LICENCIADOS EN DERECHO

A) JUSTIFICACIÓN DE LA HISTORIA DEL DERECHO EN EL PLAN DE ESTUDIOS DE LA LICENCIATURA DE DERECHO

a) No existe una conexión entre las distintas áreas del Derecho. La Historia del Derecho podría servir como enlace de este espacio.

b) La Historia del Derecho podría, en ese escenario de mucha información y poca capacidad de análisis, ser la herramienta de reflexión para ver el Derecho como una construcción social en permanente *evolución* que siempre está reflejando la parte cultural, social, económica y política de una comunidad.

B) OBJETIVO DE LA HISTORIA DEL DERECHO EN EL PLAN DE ESTUDIOS DE LA LICENCIATURA:

Ser referencia general y permanente de la licenciatura en Derecho, para lo cual se debe considerar que hay tres grandes etapas en la formación de un estudiante:

